

A CULTURA A SERVIÇO DA POLÍTICA: órgãos oficiais, censura e propaganda durante o Estado Novo em Sergipe

Andreza Santos Cruz Maynard*

RESUMO

Este texto analisa a existência do Departamento de Propaganda e Divulgação do Estado de Sergipe (DPDE) e do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda em Sergipe (DEIP/SE), órgãos que desenvolveram ações de propaganda e censura entre 1939 e 1945. Em Sergipe o DPDE e o DEIP se orgulhavam de cumprir com o dever de cuidar da imagem política do regime. O Estado Novo era exaltado em todas as oportunidades, assim como Getúlio Vargas. Mas as autoridades sergipanas, principalmente os interventores, também recebiam frequentes congratulações do DPDE e DEIP/SE. A existência do Departamento de Imprensa e Propaganda e dos seus auxiliares estaduais evidenciava que a cultura foi utilizada para promover os interesses políticos nacionais e locais.

Palavras-chave: religiões afro-brasileiras, museu, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

THE CULTURE IN THE SERVICE OF POLITICS: official organ, censorship and propaganda during the Estado Novo in Sergipe

ABSTRACT

This paper analyzes the Department of Advertising and Disclosure of Sergipe (also named DPDE) and the State Department of Press and Propaganda in Sergipe (also named DEIP/SE), who developed propaganda and censorship actions between 1939 and 1945. In Sergipe these organs prided comply with the duty of caring for the political image of the regime. The “Estado Novo” was elated at every opportunity, as well as Getúlio Vargas. But Sergipe authorities, mainly the interventionists also received congratulations. The existence of the Department of Press and Propaganda and his auxiliary in state showed that the culture was used to promote the national and local political interests.

Keywords: “Estado Novo”, Sergipe, Censorship and Propaganda.

* Doutora em História pela UNESP. Membro do GET/UFS/CNPq. Pós-doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Bolsista CNPq/FAPITEC-SE na modalidade DCR.

O povo sergipano está satisfeito com o governo que atualmente tem; e as gerações vindouras, quando tiverem de rever o nosso passado e de analisar os nossos dias hão de fazer justiça ao chefe do executivo pelo seu patriotismo, pela sua louvável preocupação em defender os interesses do Estado (...). Não há louvores nestas expressões, nem elas representam intuítos outros, que não por em destaque uma administração rica de trabalho infatigável, de solicitude e dedicação do bem público.¹

Nas décadas de 1930 e 1940 a cultura recebeu uma atenção particular, algo que não encontra paralelos nas décadas anteriores. Nesse período, e, sobretudo durante o Estado Novo (1937-1945), a cultura foi concebida como uma ferramenta política. Um projeto ambicioso que visava a organização e direcionamento da cultura brasileira foi esboçado desde o início dos anos 1930, mas adquiriu maior expressão após 1939 com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Uma das principais estudiosas do período, Maria Helena Capelato,² aponta não apenas a relação entre o Estado Novo e a Cultura, mas também a ligação entre o modelo político implementado no Brasil a partir da década de 1930 e os exemplos europeus, sobretudo as experiências italiana e alemã no controle das massas. A autora pondera que “Apesar de apresentar características próprias, o Estado Novo brasileiro teve inegável inspiração europeia”.³

Iniciativas do governo central, mas também dos estados, ajudaram na consolidação do projeto de cultura política do Estado Novo. Este texto

¹ NOVIDADE. Aracaju, 28 de setembro de 1940, p. 4.

² CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V.2.

³ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V.2.p. 109.

analisa a existência do Departamento de Propaganda e Divulgação do Estado de Sergipe (DPDE) e do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda em Sergipe (DEIP/SE), órgãos que desenvolveram ações de propaganda e censura entre 1939 e 1945.

Embora o DIP tenha sido organizado apenas em dezembro de 1939, iniciativas anteriores procuravam a melhor maneira de sistematizar o controle sobre a cultura brasileira. Nesse sentido, os exemplos dos regimes fascistas europeus serviram de inspiração, conforme destacou Maria Helena Capelato.⁴ Assim, as inovações na política brasileira à época não podem ser creditadas apenas a Getúlio Vargas e à sua equipe. Mudanças de ordem nacional e internacional exigiam uma nova forma de lidar com as massas.

Seguindo a premissa de que a política moderna não podia desprezar os meios de comunicação de massa, em 2 de julho de 1931 o governo de Getúlio Vargas criou o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), cuja função seria atuar na radiodifusão e fornecer notas à imprensa. De forma mais sistematizada foi criado em 10 de julho de 1934 o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), que tinha a missão de investigar a melhor maneira de empregar os principais meios de comunicação de massa da época, ou seja, a imprensa, o rádio e o cinema na veiculação da propaganda política. No início de 1938 o órgão foi renomeado, tendo recebido a designação de Departamento Nacional de Propaganda (DNP).

Em 27 de dezembro de 1939 o DNP foi substituído pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O Decreto n. 1.915 criou este órgão e extinguiu o anterior. Sob a direção do jornalista sergipano Lourival Fontes e diretamente subordinado à Presidência da República, o DIP era o porta-voz do Estado Novo. Ele deveria controlar toda propaganda e publicidade de órgãos públicos e organizar homenagens a Getúlio Vargas.⁵ Além disso, estava incumbido de executar a censura prévia dos meios de comunicação de massa.

⁴ CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, Papius, 1998.

⁵ Cf. ABREU, Alzira Alves de...[et. all] *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (Pós 1930)*. Rev. Amp. Atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v.1.

O DIP deveria centralizar e coordenar a propaganda nacional, dentro e fora do país, construindo e difundindo a imagem oficial do governo. Internamente abrigava cinco divisões: Divulgação, Radiodifusão, Cinema e Teatro, Turismo e Imprensa. A propaganda política realizada pelo DIP deveria ajudar na legitimação do Estado Novo e na exaltação do chefe máximo da nação, Getúlio Vargas.

1. OS ÓRGÃOS OFICIAIS, SUAS INCUMBÊNCIAS E COTIDIANO

Tradicionalmente a historiografia brasileira menciona a existência do DIP e sua relação com as sucursais estaduais, os DEIPs. Num longo compêndio a respeito do Estado Novo, Edgard Carone não se aprofunda no tema, mas destaca que “Em cada Estado, forma-se um Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) com as mesmas funções e subordinado ao do Rio de Janeiro. E como o órgão central, os DEIP fazem suas próprias edições de livro e de propaganda”.⁶

Na década de 1990 pesquisas e publicações ligadas à Fundação Getúlio Vargas despertaram a atenção dos historiadores brasileiros para os temas da educação, intelectuais e cultura durante o Estado Novo. Segundo Maria Helena Capelato⁷ o interesse renovado dos historiadores pelo período do Estado Novo está associado a pesquisas como, por exemplo, as que se dedicam à organização do DIP, bem como suas práticas de propaganda e censura, a sistematização da política cultural do Estado Novo e o uso dos meios de comunicação.

Contudo, a atuação do DIP para além do eixo Rio de Janeiro e São Paulo continua a ser um tema pouco explorado pelos pesquisadores. Alguns trabalhos que se debruçam sobre os meios de comunicação à época do Estado Novo mencionam os DEIPs, sem aprofundamentos,

⁶ CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937 – 1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977, p. 171.

⁷ Cf. CAPELATO, Maria Helena. Estado Novo: o que trouxe de novo. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V.2. p. 111.

o que denota a ausência de pesquisas, ou ao menos de trabalhos publicados sobre o tema.

Com uma longa trajetória na pesquisa a respeito dos periódicos no Brasil, Tania Regina de Luca aponta as características da produção e censura de informações no Brasil durante o Estado Novo. Num texto de 2011, Luca menciona a existência dos órgãos estaduais ligados ao DIP. Segundo a autora

O Decreto-Lei 2557, de 4 de setembro de 1940, instituiu e regulou as funções dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (Deip), que deveriam doravante contar com suas próprias agências. No ano seguinte, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Piauí, Pará, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e São Paulo já contavam com Deips organizados e apoiados e doutrinariamente, pelo órgão líder.⁸

Luca informa que consultou o Anuário da Imprensa Brasileira, onde a mesma encontrou os decretos que instituíram cada um dos DEIPs mencionados por ela. Sergipenão aparece na lista, embora o estado seguisse as determinações do governo federal no sentido de manter órgãos ligados ao DIP por aqui.

A falta de aprofundamento sobre o funcionamento dos órgãos de censura e propaganda nos estados cria a imagem de que o DIP era um órgão superpoderoso que estendia seu raio de ação a todos os estados, e que controlava perfeitamente a censura e a propaganda, obtendo os resultados esperados. E em segundo lugar, passa a impressão de que os DEIPs seguiam as mesmas diretrizes e funcionavam sem grandes diferenciações. Havia obrigações em comum, mas também peculiaridades em cada estado, como os interesses políticos locais e suas iniciativas

⁸ Luca, Tania Regina de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n. 61, p. 271-296, 2011. p. 283.

nas áreas da cultura, propaganda e censura. Em Sergipe o DEIP foi precedido pelo Departamento de Propaganda e Divulgação do Estado de Sergipe (DPDE).

O Decreto-Lei n. 171, de 7 de fevereiro de 1939, criou o Departamento de Propaganda e Divulgação do Estado de Sergipe. O interventor federal em exercício, Eronides Ferreira de Carvalho, estava interessado em empregar técnicas de propaganda para divulgar os princípios do regime e do seu próprio governo. No texto do decreto diz-se que a iniciativa pretendia melhorar a comunicação entre o governo e o povo. O artigo 2º especifica as atribuições do DPDE, quais sejam:

- a) divulgar os princípios difundidos pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, utilizando-se dos meios que venha a dispor, bem como das organizações culturais do Estado, amparadas ou subvencionadas por este, no intuito de criar uma coincidência adequada ao regime;
- b) prestar cooperação ao Departamento Nacional de Propaganda, quer realizando os serviços que este lhe confiar, quer fornecendo ao mesmo material de propaganda referente ao Estado de Sergipe;
- c) promover, centralizar e coordenar a propaganda geral do Estado, realizando campanhas de defesa e divulgação;
- d) racionalizar e orientar as várias modalidades de propaganda pela imprensa, pelo rádio e pelo cinema, difundido, direta e indiretamente, tudo quanto se referir ao nosso progresso intelectual e material, de modo a obter o máximo de proveito e despertar o maior interesse pelas cousas do Estado;
- e) divulgar por todos os meios a seu alcance os trabalhos culturais e econômicos necessários à informação, educação, orientação comercial, industrial e agrícola bem assim tudo quanto passa interessar à saúde e educação do povo;
- f) delinear e levar a efeito planos de propaganda que tenham por fim concorrer para o progresso cultural, social e econômico do Estado;

- g) dirigir e organizar os vários serviços de publicidade existentes nas Secretarias do Estado e departamentos administrativos sob o mesmo critério técnico, para a realização de um plano geral e uniforme;
- f) fomentar, por meio de propaganda, o movimento turístico para o Estado de Sergipe;
- g) promover e organizar concursos, exposições, feiras e mostruários;
- f) fornecer largas informações das nossas atividades sociais, culturais, econômicas e administrativas;
- h) amparar as iniciativas culturais e artísticas em sua função social;
- i) distribuir comunicados e serviço telegráfico à imprensa do país e do estrangeiro sobre as atividades administrativas, econômicas, sociais e culturais do Estado;
- j) selecionar e classificar dentre as publicações e periódicos de evidente utilidade, nacionais e estrangeiros, tudo quanto constituir matéria de interesse para o fim de propaganda e de permuta;
- l) manter intercâmbio de publicidade com os demais departamentos congêneres existentes em outros Estados da União.⁹

O mesmo decreto também instituiu uma estação de Rádio Difusora do Estado, denominada de “Rádio Aperipê de Sergipe”. Com fins educativos e de divulgação, a rádio deveria ser mantida e dirigida pelo DPDE.

Em seu trabalho sobre o funcionamento da rádio sergipana durante o Estado Novo, Dilton Maynard menciona o trabalho do DPDE e mais tarde do DEIP junto à PRJ-6. De acordo com o historiador, durante os primeiros anos, “os gerentes da propaganda estatal trataram de providenciar os meios para ampliar o número de ouvintes”.¹⁰ E diante do ínfimo número de aparelhos receptores, uma vez que nem todos podiam adquiri-lo, foram instaladas caixas de som na Praça Fausto Cardoso, em frente ao Palácio do Governo.

⁹ DECRETO-LEI N. 171, de 17 de fevereiro de 1939. Atos do Poder Executivo. p. 9-10.

¹⁰ MAYNARD, Dilton C. S. Ecos da memória: notas sobre a era do Rádio em Sergipe. In: MAYNARD, Andreza S. C.; Maynard, Dilton C. S. Dias de Luta: Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011. p. 63.

O DPDE funcionou no térreo, lado sul, do Palácio do Governo. Em anexo também funcionava uma sucursal da Agência Nacional,¹¹ desde abril de 1939. Os funcionários do DPDE distribuíam notícias telegráficas aos jornais locais, ao mesmo tempo notícias locais eram remetidas ao Rio de Janeiro. A estrutura do DPDE contava, em 17 de fevereiro de 1939, com o diretor João Marques Guimarães, 2 redatores, 2 adidos, 1 auxiliar de datilografia, 1 fotógrafo, 1 contratado, e 2 contínuos (um deles trabalhava como porteiro).

Fazendo uso de portarias internas, o diretor procurava disciplinar os funcionários no local de trabalho. Ele esclarecia que era proibido usar gíria na repartição e que só deveriam entrar em seu gabinete quando fossem chamados. Além disso, havia orientações por escrito para que quando o diretor e demais autoridades passassem os funcionários levantassem em sinal de respeito. Caso um funcionário faltasse por doença, precisava comprovar com atestado médico.

As constantes repreensões dos funcionários evidenciam as dificuldades para moldá-los à rotina do órgão oficial. Reclamações sobre o comportamento dos funcionários, as saídas sem consentimento, empréstimos de jornais e até mesmo máquinas de datilografia a pessoas estranhas, além da entrada das mesmas no recinto não são raras. No entanto a tentativa de controlar o comportamento dos funcionários ia além do ambiente do DPDE. Em 16 de novembro de 1939, João Marques Guimarães dizia que

O Diretor do Departamento de Propaganda e Divulgação do Estado de Sergipe, no uso das suas atribuições legais, resolve repreender todos os funcionarios que, sem causa justificada, não compareceram, ontem, à missa de ação de graças, na Catedral, e à recepção oficial, no Palácio do Governo, deixando assim de cumprir ordens escritas desta Diretoria.¹²

¹¹ A Agência Nacional foi criada por Getúlio Vargas, sendo que não lhe cabia descobrir a notícia, apenas dar um tom oficial ao que havia sido publicado anteriormente por outros jornais.

¹² PORTARIA N. 19, de 16 de novembro de 1939. Cf. Documentação Arquivo Público do Estado de Sergipe/APES-G7.

Por outro lado, a autoridade do diretor também era empregada para fazer pedidos especiais aos funcionários. Num documento de 22 de abril de 1939 João Marques Guimarães, diretor do DPDE, considera que como não havia orçamento vigente para o e diante da necessidade de manter as atividades do Departamento, pedia aos funcionários para economizarem material, limitando o gasto ao estritamente necessário. A solicitação indicia a existência de poucos recursos para o órgão estadual.

O DPDE estava encarregado de enaltecer o Estado Novo e Getúlio Vargas. Seu aniversário, em abril, era motivo para que os jornais publicassem textos elogiosos. Assim como também faziam com o primeiro diretor do DIP,¹³ Lourival Fontes. Em artigos da imprensa local e outros documentos de época, ele é lembrado não apenas por ser o diretor do DIP, mas também por ser um filho de Sergipe. Uma das homenagens foi registrada pelo DPDE. Em 20 de junho de 1940

O Diretor em comissão do departamento de propaganda e divulgação do Estado, no uso das suas atribuições legais, resolve designar digo: em homenagem à data de hoje, que assinala o transcurso do aniversário do eminente Sergipano Dr. Lourival Fontes, atual Diretor Geral do Departamento de Imprensa e Propaganda, resolve dar à Biblioteca deste Departamento o nome daquele brilhante conterrâneo.¹⁴

Mas além dos aniversários do presidente da república e dos diretores do DIP, também era preciso estar atento aos natalícios dos interventores federais e dos diretores do DPDE e DEIP/SE, além do Dia da

¹³ Mais tarde foram nomeados o major Coelho dos Reis (julho de 1942 a julho de 1943) e capitão Amílcar Dutra de Menezes (1943 a maio de 1945).

¹⁴ PORTARIA n. 52, de 20 de Junho de 1940. Cf. Documentação Arquivo Público do Estado de Sergipe/APES-G7.

Árvore, Semana da Pátria, Semana Eronides Carvalho, celebração do Estado Novo. Algumas incumbências do DPDE passaram a ser desenvolvidas pelo DEIP/SE.

Durante o segundo semestre de 1941 o DPDE deixou de existir e apareceu o DEIP/SE, que incorporou algumas funções do órgão anterior. O DPDE estava diretamente ligado à interventoria. Embora o texto do decreto mencione a existência do DNP e a colaboração ao mesmo, as decisões eram tomadas na esfera local. Já o DEIP/SE atuava em sintonia maior com o governo federal, mantendo comunicação frequente com os burocratas na capital do país através do telégrafo.

O Decreto-Lei n. 331, de 11 de julho de 1941,¹⁵ criou o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) em Sergipe, que estava subordinado diretamente ao interventor federal e recebia orientação técnica e doutrinária do DIP. O órgão que atuava na esfera estadual era constituído por uma Diretoria Geral, uma Divisão de Publicidade, Cinema, Teatro e Diversões, e uma Divisão de Radiodifusão e Turismo. O DEIP/SE funcionava no salão nobre da Biblioteca Pública,¹⁶ cujo prédio estava localizado à Praça Fausto Cardoso, próximo ao Palácio do Governo. À época Epifânio da Fonseca Dória era o diretor da Biblioteca Pública do Estado.

O DEIP/SE estava incumbido de censurar a imprensa, cinemas, teatros e diversões públicas, responsabilidade anteriormente conferida à polícia civil do estado. Qualquer infração era registrada e enviada aos DIP, para que o mesmo aplicasse as multas correspondentes, ou cassasse a licença de funcionamento dos estabelecimentos, a depender do caso.

Os jornais, revistas e correspondentes em Sergipe também estavam sob o olhar diligente da censura e eram obrigados a enviar requerimentos com pedido de registro ao DEIP/SE, que encaminhava essa documentação ao DIP. Até mesmo jornais de circulação interna como “O Correio Colegial”, confeccionado pela Livraria Regina (localizada à

¹⁵ Muito embora a data de criação de DEIP/SE tenha sido 11/07/1941, a primeira portaria assinada pelo diretor do órgão, Acrísio Cruz, data de 14 de outubro de 1941.

¹⁶ Atualmente é o prédio do Arquivo Público de Sergipe.

Rua João Pessoa, n. 137) precisou pedir autorização. Qualquer manifestação pública fosse ela de caráter intelectual ou artística precisava da autorização oficial. Até mesmo as festas carnavalescas eram submetidas à censura prévia.

Desde a sua fundação os diretores do DPDE e DEIP em Sergipe foram respectivamente o bacharel João Marques Guimarães,¹⁷ o jornalista Jeferson Silva de Oliveira, o professor Acrísio Cruz,¹⁸ o jornalista João Bezerra,¹⁹ o jornalista Luís Pereira de Melo²⁰ e o bacharel, professor e jornalista Severino Uchoa.²¹ Eram homens habituados às letras, com um conhecimento diversificado e acima de tudo pessoas em quem se podia confiar para vigiar os passos da movimentação artística e intelectual no estado. Foi durante o funcionamento do DEIP/SE que o Brasil se envolveu com o conflito bélico que ocorria naquele momento.

2. SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Em janeiro de 1942 o Brasil se posicionou em favor dos Aliados, especialmente dos Estados Unidos. O rompimento das relações comer-

¹⁷ No dia 22 de setembro de 1939 o Correio de Aracaju recebeu uma circular enviada pelo capitão Chefe de Polícia Odilon Siqueira, informando que a partir daquela data a censura da imprensa, cinemas e teatros seria feita pelo bacharel João Marques Guimarães, que também era Diretor do Departamento de Propaganda. Cf. CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 23 de setembro de 1939, p. 3.

¹⁸ Filho de Manoel Antonio da Cruz e Maria Leopoldina da Cruz. Nasceu na cidade de Laranjeiras (SE), em 31 de outubro de 1906. Foi diretor do Grupo Escolar General Siqueira e do Grupo Escolar Manoel Luiz. Interessava-se pela psicologia e novas concepções pedagógicas.

¹⁹ Deixou o cargo de diretor de DEIP em 22 de dezembro de 1942. Cf. CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 22 dez 1942, p. 4.

²⁰ Tomou posse como diretor do DEIP em 22 de dezembro de 1942. Cf. CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 22 dez 1942, p. 4.

²¹ Foi empossado pelo Ministro da Justiça como diretor do DEIP no início de agosto de 1944. No dia 11 de agosto de 1944, às 14h Severino Uchoa assumiu as funções de diretor do órgão em Sergipe. Ele colaborava com a imprensa local e era genro de Lourival Garcez. Cf. CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 5Ago 1944 e 11 Ago 1944. Severino Uchoa permaneceu no cargo até a extinção do DEIP em maio de 1945.

ciais e diplomáticas com os países do Eixo levou a uma série de ataques às embarcações brasileiras por submarinos alemães e italianos.

Durante o primeiro semestre de 1942 o DEIP em Sergipe recebeu várias mensagens telegráficas dando orientações sobre o que convinha ou não ser noticiado no Brasil. Em 11 de abril de 1942, Lourival Fontes reiterava instruções anteriores e solicitava ao diretor do DEIP em Sergipe que não fossem divulgadas notícias a respeito do ataque ou afundamento de navios, de qualquer nacionalidade, em águas brasileiras. Noutro telegrama

(...) Urgentíssimo reservado com referencia acao contra submarinos eixistas solicito vossa excelência providenciar sentido proibição total da divulgação de qualquer noticiário com excessão da nota oficial pt outrossim quaisquer outras ocorrências em águas brasileiras não devem ter divulgação antes da nota oficial sobre o assunto pt.²²

Essas mensagens telegráficas enviadas pelo DIP também orientavam para que não fossem publicadas em Sergipe notícias sobre a movimentação de tropas nacionais e norte-americanas, embarque de materiais estratégicos, entrada e saída de navios de guerra dos portos brasileiros, datas de chegada e partida de navios, carregamentos, ou qualquer movimento de carga. As diretrizes eram recebidas pelo DEIP/SE e repassadas aos jornais locais.

Mas em agosto de 1942 os ataques às embarcações brasileiras ocorreram em território nacional, mais especificamente próximos ao litoral de Sergipe e Bahia. Entre os dias 15 e 17 cinco embarcações levavam 837 pessoas a bordo, quando foram atacadas pelo submarino alemão U-507. Em decorrência do afundamento do *Baependy*, *Araraquara*, *Aníbal Benévolo*, *Itagiba* e *Arará*, 652 pessoas morreram.²³

²² TELEGRAMA DO DIP AO DEIP/SE, 30 maio 1942. Cf. Documentação Arquivo Público do Estado de Sergipe/APES-G7.

²³ Cf. AGRESSÃO: Documentário dos fatos que levaram o Brasil à Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1943, p.19.

E embora os corpos dos mortos, dos sobreviventes e os destroços das embarcações tivessem aparecido nas praias sergipanas, os jornais locais foram impedidos de notificar o fato. A tentativa de impedir a divulgação de informações a respeito dos torpedeamentos para evitar manifestações públicas, pouco adiantou em Sergipe, uma vez que os naufragos e os cadáveres continuavam a aparecer nas praias, testemunhando a ação sucessiva do U-507. Residências e estabelecimentos comerciais de estrangeiros que viviam em Aracaju foram alvos da população enfurecida. Várias pessoas foram até a Praça Fausto Cardoso e diante do Palácio do Governo solicitavam ao interventor Augusto Maynard Gomes que o Brasil revidasse ao ataque do Eixo. Em vários estados houve manifestações populares semelhantes.²⁴

No dia 18 de agosto de 1942 os jornais impressos e estações de rádio de todo o país transmitiram um comunicado oficial informando sobre os torpedeamentos. A partir de então os periódicos locais publicaram várias matérias narrando o fato.

3. 1945 E O INÍCIO DO FIM

Ao longo da Guerra, o DEIP/SE continuou realizando ações para enaltecer o Estado Novo e Getúlio Vargas, além de destacar os méritos das autoridades locais, sobretudo os interventores federais. Essa prática ficou registrada em alguns documentos, como por exemplo, os periódicos. Mesmo em jornais mais independentes como o “Correio de Aracaju” e o “Sergipe Jornal” é possível encontrar notas de elogio a Getúlio Vargas, Lourival Fontes, Eronides Ferreira de Carvalho e Augusto Maynard Gomes. Os periódicos não podiam fugir aos moldes da censura oficial. Para conseguir a licença para funcionar, era preciso se adequar às exigências do DIP e DEIP/SE.

Dessa maneira, a censura garantia a aparência de concordância

²⁴ Cf. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl; LAPSKY, Igor; CABRAL, Ricardo; FERRER, Jorge (Orgs.). *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.

sobre os rumos da política nacional e local. Em 1945 o DEIP/SE publicou uma biografia do interventor em exercício Augusto Maynard Gomes. Escrita por Severino Uchoa, coincidentemente o diretor do DEIP/SE. A obra “Augusto Maynard, o estadista e o revolucionário” deveria fortalecer a imagem do interventor, mas as contradições políticas já não seriam contidas com tanta eficiência.

No início de 1945 o “Sergipe Jornal” desafiou a autoridade do DEIP/SE e colocou notícias sobre a possibilidade de eleições, citando inclusive o nome de Eduardo Gomes. Ao mesmo tempo o periódico dava cutucadas no interventor Augusto Maynard Gomes, que desejava continuar no poder. No dia 2 de fevereiro de 1945 o “Sergipe Jornal” publicou uma edição com um grande espaço em branco na primeira página onde se podia ler “Este espaço em branco, era a resposta de SERGIPE-JORNAL ao DIÁRIO DE SERGIPE que a Censura proibiu, mal havíamos iniciado a nossa tiragem”. A ousadia do periódico custou caro. Atitudes dessa natureza não eram toleradas pelas autoridades. Durante o primeiro semestre de 1945 os diretores dos jornais “Correio de Aracaju” e “Sergipe Jornal” chegaram a ser presos.

Segundo Edgard Carone²⁵ a abertura democrática, iniciada em março de 1945, levou à extinção do DIP e sua transformação no Departamento Nacional de Informações. No entanto, em Sergipe as mudanças ocorreram num ritmo mais lento. Oficialmente, a extinção do DEIP/SE teria ocorrido em maio de 1945.

No dia 28 de maio de 1945, uma das chamadas da primeira página do “Sergipe Jornal” foi “A EXTINÇÃO DO D.I.P. / É mais uma tapeação da Ditadura/Foi mantida a censura à imprensa, ao rádio e ao teatro”²⁶. Dias depois o mesmo periódico denunciava que apesar das mudanças perpetradas pelo governo federal, em Sergipe os mesmos órgãos seguiam na mesma. De acordo com o “Sergipe Jornal”

²⁵ Cf. CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937 – 1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.p. 172.

²⁶ SERGIPE JORNAL. Aracaju, 28 de maio de 1945, p. 1.

Continua a existir em Sergipe, tal como dantes, o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda.

Em nada, absolutamente, o decreto federal que extinguindo o Dip e os Deipes, afetou-lhe o funcionamento e a estrutura, pois que ele aí está, faceiro e gaiato como outrora, à serviço da Interventoria, na execução do mesmo programa laudatório-bajulatório ilimitado.

Ao que parece não chegou ao conhecimento do governo sergipano a notícia da extinção do Dip e da criação do Departamento Nacional de Informações.

Todos os dias o “Diário Oficial” anuncia as atividades do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado, do executor do sítio à imprensa, de algos do pensamento livre, cada vez mais ocupado em atender os áulicos da Ditadura e se desmandar no elogio das técnicas políticas totalitárias.

E, para que mudar de nome?

Para que o convencionalismo desse ritual?

Para que essa cerimônia desnecessária?

Se a coisa é a mesmo não adianta mudar o rótulo.

D.N.I. ou D.I.P., tudo vem dar no mesmo, porque tudo é fascismo, violência contra a ideia, opressão contra o direito de pensar fora dos moldes da Ditadura?

Que adiantou, afinal, a troca do nome?

Aqui o governo entendeu assim, pelo menos.

No território sergipano o Deip continua a existir, porque o governo está convencido que o Deip é o Deip mesmo, é porque é, e não precisa mudar de nome.

Sendo o mesmo o veneno, deve ser o mesmo rótulo do frasquinho.

Entre o governo do Estado e o Federal, qual dos dois nesse caso, o que não está certo?...”²⁷

²⁷ SERGIPE JORNAL. Aracaju, 8 de junho de 1945, p.4

A ironia empregada pelo periódico e as acusações abertas de que se vivia numa ditadura, por mais que o DIP e DEIP/SE continuassem insistindo no caráter “democrático” do Estado Novo, refletiam as mudanças do momento. O “Correio de Aracaju” fazia coro ao “Sergipe Jornal” e reclamava da censura exercida pelo DIP e DEIP/SE. O periódico afirmou que a missão dos órgãos era esmagar o pensamento e “incensar o ditador”.²⁸ Por outro lado, alguns jornais preferiam manter distância da polêmica, ou mesmo havia aqueles que não viam motivos para reclamar da ordem estabelecida.

Durante os anos de vigência do Estado Novo, a ação dos órgãos de censura e propaganda se empenharam na promoção dos interesses do regime. Diante da proibição oficial de críticas ao regime e aos políticos, pairava uma ideia de consenso em torno da importância do Estado Novo, de Getúlio Vargas e dos interventores sergipanos. Contudo, a partir de 1945 o regime dá mostras de fraqueza. Mudanças de ordem internacional, nacional e local dão margem para o aparecimento de manifestações de insatisfação. O fato era que o Brasil havia se envolvido numa Guerra para defender a democracia, enquanto o país vivia sob uma ditadura.

Por fim, cabe destacar que enquanto existiram, os órgãos oficiais que cuidavam da censura e da propaganda em Sergipe se orgulhavam de cumprir com o dever de cuidar da imagem do regime. O Estado Novo era exaltado em todas as oportunidades, assim como Getúlio Vargas. Mas o DPDE e o DEIP/SE também se colocaram à disposição dos políticos locais, sobretudo no caso de Eronides Ferreira de Carvalho e Augusto Maynard Gomes. Exposições, comemorações, desfiles, programas de rádio, publicações na imprensa, livros e revistas serviram também ao cultivo de uma boa imagem dos políticos sergipanos. Iniciativas do governo central, como a criação do DIP, e a existência de órgão oficiais a exemplo do DPDE e DEIP/SE evidenciavam que a cultura foi utilizada para promover os interesses políticos nacionais e locais.

Artigo recebido em 31 de março de 2014.

Aprovado em 07 de abril de 2014.

²⁸ Cf. CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 25 de junho de 1945, p.3.